



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 9ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**11/04/2013
QUINTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 11/04/2013.**

9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 8/2013 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	8
2	MSF 9/2013 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	35
3	MSF 5/2013 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	71

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	SUPLENTEs		
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(51)(52)(59)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(13)(52)(16)(17)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(25)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(32)(35)(48)(31)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(40)(22)(29)(36)(41)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(46)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(38)(18)(53)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 VAGO	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Sodré Santoro(PTB)(57)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(42)(54)(57)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(44)(43)(33)(57)(34)	ES (61) 3303-4161/5867	3 VAGO(45)(27)(28)(57)	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lúcia da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 11 de abril de 2013
(quinta-feira)
às 09h30**

PAUTA

9ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

- 1) Em 21/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;
- 2) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

- 1) A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 07/03/2013.
- 2) Em 21/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;
- 3) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2013**- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Os integrantes da comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 8, de 2013 (nº 26, de 1 de fevereiro de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.*

RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidenta da República faz do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, o indicado nasceu em 19 de março de 1951, em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946). É filho de Manuel Maria Fernández Alcázar e Teresa Pena de Alcázar.

Graduou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ em 1978. Em 1982, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário (1983). Tornou-se Segundo-Secretário (1987) e Primeiro-Secretário (1996). Foi a Conselheiro, por merecimento, em 2002. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe (2006), por merecimento e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial (2011).

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a Primeiro-Secretário na Delegação junto à Organização dos Estados Americanos (1998); Primeiro-Secretário na Embaixada em Assunção (1998); assessor e subchefe na Divisão de Temas Sociais (2001/02); Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde (2003/06); Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde (2007) e Embaixador na Embaixada em Uagadugu, Burkina Fasso (2008).

Em relação à República do Azerbaijão e do seu relacionamento com o Brasil, colhe-se do documento anexado à mensagem presidencial o que segue.

O relacionamento entre os dois países ainda está em fase de consolidação. O estabelecimento de relações diplomáticas se deu em 21 de outubro de 1993. Elas, no entanto, adquiriram novo ímpeto com a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros azeri, Elmar Mammadyarov, em 2006. Na oportunidade, foi assinado Protocolo sobre Consultas Políticas entre as respectivas chancelarias. Na sequência da viagem, foram abertas embaixadas residentes do Brasil em Baku, maio de 2009, e do Azerbaijão em Brasília, maio de 2012.

O comércio bilateral, apesar de inexpressivo, tem boas possibilidades. Ele representou em 2011 trocas da ordem de US\$ 47 milhões. Exportamos produtos básicos, com destaque para carnes (galinha) e importamos, fundamentalmente, produtos manufaturados (indústria química).

A comunidade de súditos brasileiros em território azeri é estimada em 35 pessoas. Elas são assistidas pelo setor consular da Embaixada em Baku.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório. Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 8, DE 2013

(nº 26/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Os méritos do Senhor Santiago Luis Bento Fernández Alcázar que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a de Henrique Américo.

EM nº 00020/2013 MRE

Brasília, 29 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR
CPF.: 492.095.237-68
ID.: 3474 MRE

1951 Filho de Manuel Maria Fernández Alcázar e Teresa Pena de Alcázar, nasce em 19 de março, em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

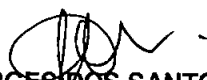
1978 Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1982 CPCD – IRBr
1991 CAD - IRBr

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário
1987 Segundo-Secretário
1996 Primeiro-Secretário, por merecimento
2002 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2011 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

1984 Divisão do Patrimônio, assistente
1985 Embaixada em Belgrado, Terceiro e Segundo-Secretário
1989 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assessor
1994 Delegação junto à OEA, Washington, Segundo e Primeiro-Secretário
1998 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
2001 Divisão de Temas Sociais, assessor e Subchefe
2003 Ministério da Saúde, Assessor Especial do Ministro de Estado
2006 Ministro de Segunda Classe em 22 de dezembro
2007 Ministério da Saúde, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe
2008 Embaixada em Uagadugu, Embaixador


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

EM Nº 00020 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

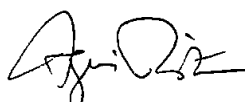
Brasília, 29 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO

Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO

Janheiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Azerbaijão
CAPITAL:	Baku
ÁREA:	86.600 km ² (menor que Santa Catarina)
POPULAÇÃO (2011):	9,2 milhões de habitantes (aproximadamente igual à de Pernambuco)
IDIOMA OFICIAL:	Azeri
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Muçulmanos (93,4%, sendo 2/3 xiitas e 1/3 sunitas); cristãos ortodoxos russos (2,5%), cristãos ortodoxos armênios (2,3%), outros (1,8%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (125 Deputados com mandato de 5 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ilham Aliyev
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Artur Rasizade
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Elmar Mammadyarov
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Elnur Sultanov
EMBAIXADOR EM BAKU:	Sergio Arruda
PIB nominal:	2011 US\$ 64, 820 bilhões (Brasil: US\$ 2 trilhões) 2012 US\$ 71,043 bilhões (est.)
PIB per capita (2011):	2011 US\$ 7.106,00 (Brasil: US\$ 10.710,00) 2012 US\$ 7.726,00
PIB PPP:	2011 US\$ 93,054 bilhões (Brasil: US\$ 2,17 trilhões) 2012 US\$ 98,244 bilhões
PIB per capita PPP (2011):	2011 US\$ 10.201,00 (Brasil: US\$ 11.127,00) 2012 US\$ 10.684,00
VARIAÇÃO DO PIB:	3,9% (2012-estimativa), 0,1% (2011), 5% (2010)
IDH 2011 (ÍNDICE DE DESENV. HUMANO):	0,731 (75º entre 186 países; Brasil é o 84º)
EXPEXTATIVA DE VIDA:	70,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	99,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	6%
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	35

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010	2012 (jan-out)
Intercâmbio	16.022.136	98.243.552	314.556.387	28.725.566	17.094.436	22.264.397	47.104.049	30.298.706
Exportações	16.022.136	20.615.601	36.426.396	28.531.614	16.985.498	22.070.417	47.060.618	30.144.141
Importações	—	77.627.951	278.129.991	193.952	108.938	193.980	43.431	154.565
Saldo	16.022.136	5.701.235	241.703.595	28.337.662	16.876.560	21.876.437	47.017.187	29.989.576

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ilham Aliyev

Presidente da República do Azerbaijão

Nasceu em 24 de dezembro de 1961, em Baku.

Filho do ex-Presidente Heydar Aliyev, que governou o Azerbaijão de 1993 a 2003.

Formou-se em Relações Internacionais pela Universidade Estatal de Relações Internacionais de Moscou. Tem um Doutorado em História e Ciências Políticas, pela mesma Universidade. Dedicou-se a estudos sobre os aspectos geopolíticos da estratégia petrolífera do Azerbaijão independente.

Entre 1994 e 2003, exerceu a Vice-Presidência da “*State Oil Company of the Republic of Azerbaijan*” (SOCAR), estatal que controla a exploração de petróleo naquele país.

Foi eleito para o Parlamento azeri em 1995, e reeleito em 2000.

Em 1997, tornou-se Presidente do Comitê Olímpico Nacional do Azerbaijão.

Em 2001, assumiu o cargo de primeiro Vice-Presidente do Partido “Novo Azerbaijão.”

Em agosto de 2003, foi nomeado Primeiro-Ministro.

Em 15 de outubro de 2003, foi eleito Presidente da República, em eleição realizada após a morte do pai.

Artur Rasizade
Primeiro-Ministro

Artur Rasizade nasceu no dia 26 de fevereiro de 1935, na cidade de Ganja.

Formou-se em Engenharia Mecânica no Instituto da Indústria do Azerbaijão.

Entre 1957 e 1977, trabalhou no “Instituto de Construção de Maquinaria Petrolífera do Azerbaijão”. Em 1977, passou a exercer o cargo de Diretor do referido Instituto.

Membro do Partido Comunista, foi, entre os anos de 1978 e 1981, Vice-Presidente do Comitê do Plano Estadual da República Soviética do Azerbaijão.

De 1986 a 1992, foi Vice-Presidente do Conselho de Ministros da República Soviética do Azerbaijão. Exerceu o cargo de Primeiro-Ministro entre 20 de julho de 1996 e 4 de agosto de 2003, quando renunciou por motivos de saúde e foi substituído por Ilham Aliyev, atual Presidente da República. Retornou ao cargo em novembro daquele mesmo ano, após o então Primeiro-Ministro, Ilham Aliyev, ter assumido a Presidência da República.

Elmar Mammadyarov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 2 de julho de 1960, em Baku.

Graduou-se na Escola de Relações Internacionais e Direito Internacional da Universidade Estatal de Kiev (1977-1982).

Em 1988, ingressou na Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Tem um Doutorado em História, e foi, por três anos, Acadêmico Visitante no Centro para Desenvolvimento de Política Exterior da Brown University (EUA).

Foi promovido a Segundo e Primeiro-Secretário ainda como diplomata soviético. Em 1991, assumiu o cargo de Diretor da Divisão de Protocolo no então recém-criado Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.

Entre 1992 e 1995, como Primeiro-Secretário, trabalhou na Missão Permanente da República do Azerbaijão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Entre 1995 e 1998, foi Diretor-Adjunto do Departamento de Organizações Internacionais da Chancelaria azeri. Entre 1998 e 2003, já como Conselheiro, trabalhou na Embaixada da República do Azerbaijão em Washington.

Em 2003, foi designado Embaixador da República do Azerbaijão em Roma.

Desde 2 de abril de 2004, exerce o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.

POLÍTICA INTERNA

De acordo com a Constituição de 12 de novembro de 1995, o Presidente da República é eleito a cada 5 anos. Referendo de 2009 consagrou número ilimitado de reeleições para o posto de Chefe de Estado. O Presidente Ilham Aliyev ocupa o cargo desde fins de 2003, quando sucedeu a seu pai, Heydar Aliyev, falecido em dezembro do mesmo ano. O patriarca, ex-membro da KGB (“Comitê de Segurança do Estado”, o serviço secreto soviético), governou o Azerbaijão (então parte da União Soviética) entre 1969 e 1982, e em 1993 tornou-se o terceiro Presidente da recém-independente República do Azerbaijão.

Em 2003, o então Primeiro-Ministro Ilham Aliyev foi eleito Presidente da República. Na função de Chefe de Governo, foi substituído por Artur Rasizade.

O Parlamento azeri (“*Milli Mejlis*”) é unicameral, composto por 125 Deputados eleitos, por voto direto, para mandato de 5 anos. O sufrágio é universal e a idade mínima para os eleitores é de 18 anos. A Presidência do Parlamento do Azerbaijão é atualmente exercida por Ogtay Asadov, eleito para o cargo em 2005 e reeleito em 2010 para novo período de cinco anos.

A chamada “Primavera Árabe”, iniciada em 2011, tem repercutido no Azerbaijão, onde grupos opositores passaram a protestar contra o regime do Presidente Aliyev. As manifestações permanecem pouco expressivas, em decorrência, sobretudo, do relativo êxito dos programas sociais do Governo, financiados com os recursos gerados pela exploração dos hidrocarbonetos – responsáveis por 60% do PIB do país em 2010.

O atual mandato do Presidente Aliyev encerra-se em outubro de 2013, quando se realizarão novas eleições.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a fundação da República do Azerbaijão, em 1991, a principal questão da política externa azeri é o conflito com a vizinha Armênia acerca do território de Nagorno-Karabakh.

A maioria da população de Nagorno-Karabakh, região que se situa dentro das fronteiras do Azerbaijão, é de origem armênia, o que levou a que, quando da fragmentação da União Soviética e da consequente independência da Armênia e do Azerbaijão, no início da década de 1990, a Armênia reivindicasse para si o controle sobre a referida região. A “Guerra de Nagorno-Karabakh”, entre as duas nascentes Repúblicas vizinhas, chegou ao fim apenas em 1994, mediante cessar-fogo obtido com mediação russa. A Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE) mantém desde então o chamado “Grupo de Minsk”, co-presidido por França, Rússia e EUA, que visa a possibilitar negociações entre Azerbaijão e Armênia com vistas a uma resolução satisfatória para ambas as partes.

Atualmente, com o conflito “congelado”, a região de Nagorno-Karabakh é internacionalmente reconhecida como parte integrante da República do Azerbaijão; em termos práticos, porém, a região se administra autonomamente desde então, tendo a população local — quase totalmente de origem armênia — estabelecido um Governo *de jure*.

O Azerbaijão considera a Turquia, que sempre apoiou enfaticamente a posição azeri no conflito de Nagorno-Karabakh, parceira estratégica de primeira importância. O referido apoio foi reafirmado pelo Primeiro-Ministro turco Recep Erdogan em setembro de 2012, quando co-presidiu, com o Presidente Ilham Aliyev, a segunda reunião do “Conselho Azeri-Turco de Cooperação Estratégica de Alto Nível”. Indagado sobre a hipótese de abertura da fronteira entre a Turquia e a Armênia, o Primeiro-Ministro turco negou-a enfaticamente: “Não há hipótese de abriremos nossas fronteiras [à Armênia] enquanto o conflito de Nagorno-Karabakh não estiver solucionado”.

Outro aspecto central da política exterior azeri refere-se aos recursos energéticos do país, que despertam o interesse russo e do Ocidente, o que leva o Azerbaijão a buscar equilibrar-se entre esses dois pólos. Nesse sentido, Moscou busca, por exemplo, dissuadir o Azerbaijão de participar de projetos energéticos que visam à construção de dutos para o transporte de petróleo e de gás do Azerbaijão para a Europa Ocidental, através da Geórgia e da Turquia, contornando o território russo.

Desde 2009, o Azerbaijão passou a sinalizar o propósito de estreitar relações com a Rússia, tendo o Governo azeri aceitado, em dezembro de 2011, aumentar o volume de gás exportado para o país. O Azerbaijão condiciona a possibilidade de maior aproximação, porém, bem como sua efetiva cooperação em matéria de energia, a maior apoio de Moscou em relação às pretensões azéris no tocante a Nagorno-Karabakh.

A Turquia, em contrapartida, continua buscando posicionar-se como principal rota de transporte do gás azeri para a Europa. Essa parceria viu-se fortalecida com a assinatura, em junho de 2012, de acordo no valor de 7 bilhões de dólares para a construção do gasoduto Trans-Anatólia (TANAP). A construção do gasoduto, que deve iniciar-se em 2014 e ser concluída em 2018, foi qualificada na ocasião, pelo Presidente Aliyev, como “passo importante para a reforma da política energética em escala mundial”.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas em 21 de outubro de 1993, no auge do conflito de Nagorno-Karabakh. O Brasil, àquela época, exercia mandato como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e votou pela adoção das quatro Resoluções (aprovadas por unanimidade) que ainda hoje constituem os principais estatutos jurídicos acerca do conflito. A posição brasileira é recordada, com gratidão, pela população azeri.

Em 1995, o Azerbaijão enviou representante à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em setembro do mesmo ano, em Nova York, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com o Presidente Haydar Aliyev, às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em 1997, visitou o Brasil o Presidente do Conselho Supremo, do Azerbaijão, Rasul Guliyev.

Em 4 e 5 de abril de 2006, o Chanceler azeri Elmar Mammadyarov visitou o Brasil e reuniu-se com os Ministros das Relações Exteriores; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e de Minas e Energia.

A Embaixada do Brasil em Baku foi instalada em maio de 2009, ao passo que o primeiro Embaixador do Azerbaijão residente em Brasília, Elnur Sultanov, iniciou suas atividades em maio de 2012, e apresentou suas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em 23 de janeiro de 2013.

Os dois países estão engajados, desde 2011, em tratativas para desenvolver – com utilização de tecnologia brasileira e o patrocínio da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) – projetos de cooperação nas áreas de agricultura familiar e segurança alimentar, em benefício das populações deslocadas internamente em decorrência do conflito de Nagorno-Karabakh. O Governo brasileiro e a FAO estudam, ainda, a possibilidade de estabelecer cooperação com o Azerbaijão na área de concessão de microcrédito a refugiados.

O comércio bilateral é modesto. Em 2011, o Brasil exportou US\$ 47 milhões (basicamente carnes) e importou apenas US\$ 43 mil (derivados do óleo de coco para perfumaria).

Ademais de procurar fomentar as vendas dos produtos de seu país, o recém-chegado Embaixador azeri tem a missão de intensificar a coordenação política com Brasília. Tanto o Azerbaijão quanto a Armênia têm recentemente buscado aproximar Brasília de suas respectivas posições no tocante ao conflito de Nagorno-Karabakh, numa mostra de que dedicam importância crescente ao peso político de um eventual posicionamento brasileiro.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira no Azerbaijão é estimada em 35 pessoas. Assistência consular à comunidade brasileira é prestada pelo setor consular da Embaixada em Baku.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos oficiais do Brasil ao Azerbaijão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O setor petrolífero é a principal base da economia do país. Estima-se que, em 2011, o setor tenha respondido por 40,7% do PNB. O início das atividades do oleoduto BTC (Baku-Tbilisi-Ceyhan), em 2006, deu ensejo a período de crescimento vigoroso, que atingiu impressionantes 25% em 2007, e manteve-se numa média de 20,6% entre 2004 e 2009.

O país resistiu bem à crise de 2009-2010, com expansão econômica à taxa de 5% em 2010. O crescimento, no entanto, parece ter estancado com a deterioração do quadro econômico global e com o agravamento da crise europeia. O índice logrado em 2011 foi anêmico: escassos 0,2%, em decorrência, sobretudo, da desaceleração do setor de petróleo (que se contraiu em 10,2%) e gás (contração de 2,6%).

Em contrapartida, registrou-se vigorosa expansão dos segmentos não vinculados à exploração de combustíveis, que cresceram 9,5% em 2011. A notícia não deixou de ser festejada pelo Governo, que conduz programas de diversificação econômica com meta de expansão média desses setores da ordem de 8% nos próximos anos. Entre 2005 e 2010, a participação dessas atividades no PIB passou de 40,5 a 44,4% e as projeções governamentais são de que atinja 61,3% em 2015.

Em outubro passado, ao apresentar ao Gabinete as cifras do desempenho econômico nos três primeiros trimestres de 2012, Aliyev anunciou crescimento de 1,1% no período, a rigor consistente com as taxas anuais de expansão do Produto Nacional Bruto azeri antecipadas por fontes externas (de 3,9%, segundo o FMI, respectivamente). O setor não vinculado aos hidrocarbonetos expandiu-se ao ritmo vigoroso de 10,3% nesses 9 meses iniciais de 2012, que produziram igualmente vários outros indicadores robustos, como no caso das reservas internacionais (ascendendo no período ao patamar de US\$ 45 bilhões, aumento de US\$ 5 bilhões, ou pouco mais de 12%), dos investimentos diretos estrangeiros (de US\$ 4,8 bilhões, ou 30% do capital total acrescido à economia nacional) e da agricultura (6,3% de crescimento).

Estima-se para o futuro imediato a persistência de um ritmo relativamente modesto de expansão da economia, se comparado ao dos últimos anos, na medida em que o setor petrolífero tende a permanecer estagnado. As atividades não relacionadas à extração e ao refino de hidrocarbonetos devem continuar representando o principal motor do crescimento econômico. De resto, antecipa-se que a projetada queda no preço do barril de petróleo não seja suficientemente aguda para comprometer o orçamento estatal e os generosos programas sociais.

ATO BILATERAL

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação (DOU)
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	04/04/2006	06/03/2010	08/03/2010

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO AZERBAIJÃO

1913 – Após derrota em guerra, o Império Persa (hoje Irã) cede ao Império Russo a região que hoje é o Azerbaijão.
1918 – Revolução Russa leva ao esfacelamento do Império Russo. População azeri declara a independência da “República Democrática do Azerbaijão”.
1920 – Criação da União Soviética e incorporação do Azerbaijão. Juntamente com outros ex-países do Cáucaso, Azerbaijão passa a formar a “República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana”.
1936 – O Azerbaijão ganha <i>status</i> de entidade autônoma dentro da União Soviética.
1991 – Com o colapso da União Soviética, o país torna-se independente, sob o nome de “República do Azerbaijão”. Tem início a Guerra com a Armênia pela soberania sobre a região de Nagorno-Karabakh.
1992 – O Azerbaijão ingressa na Organização das Nações Unidas.
1994 – Acordado cessar-fogo com a Armênia, sob mediação russa.
2003 – Morre o Presidente Heydar Aliyev. Seu filho, o Primeiro-Ministro Ilyam Aliyev, é eleito novo Presidente da República.
2009 – Referendo elimina limites para a reeleição presidencial.
2011 – O Azerbaijão assume assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU para o mandato 2012-13.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-AZERBAIJÃO

1993 – Em 21 de outubro, Brasil e Azerbaijão estabelecem relações diplomáticas.
1995 – Representante azeri comparece à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em setembro, o Presidente brasileiro se reúne com o Presidente do Azerbaijão em Nova York, às margens da Assembleia Geral da ONU.
1997 – Presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão, Rasul Guliyev, visita o Brasil.
2006 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, visita o Brasil. Assinado Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.
2009 – Brasil abre Embaixada residente em Baku.
2010 – Assinado o Acordo sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.
2012 – Azerbaijão abre Embaixada residente em Brasília.

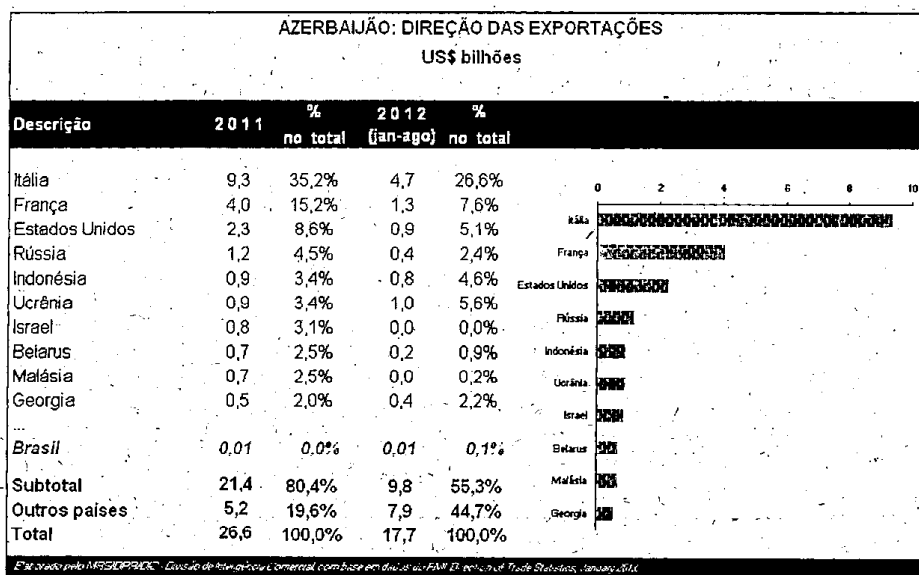
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Com PIB nominal estimado em aproximadamente US\$ 58 bilhões e crescimento em torno de 0,1%, o Azerbaijão é a 68ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 62% do PIB, seguido dos serviços 32% e agrícola com 6%. O comércio exterior do Azerbaijão apresentou, em 2011, variação de 209% em relação a 2007, passando de US\$ 11,8 bilhões para US\$ 36,3 bilhões. No ranking do FMI de 2011, o Azerbaijão figurou como o 65º exportador mundial e o 90º importador mundial.

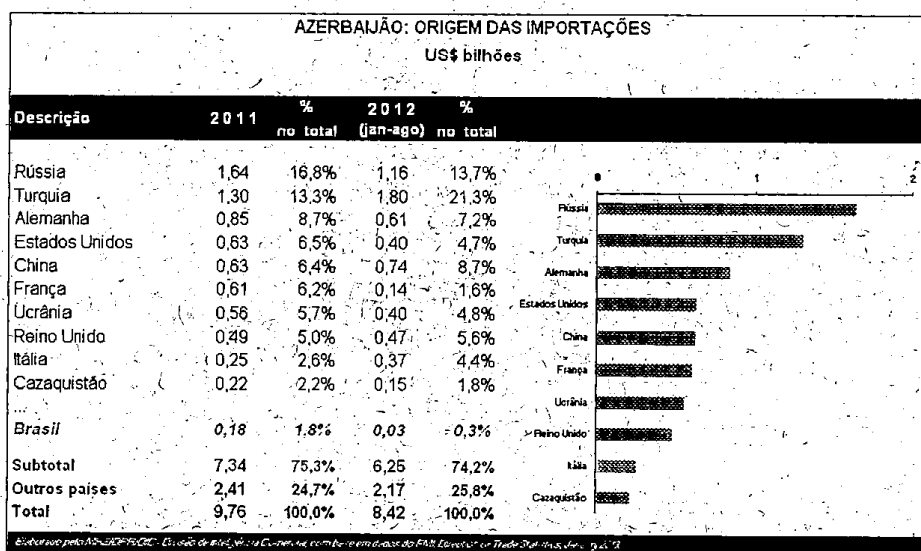
AZERBAIJÃO: COMÉRCIO EXTERIOR							
US\$ bilhões							
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	6,1	47,7	14,7	21,4	26,6	18,5	17,7
Importações (cif)	5,7	7,2	6,1	6,6	9,8	6,2	8,4
Saldo comercial	0,4	40,5	8,6	14,8	16,8	12,3	9,3
Intercâmbio comercial	11,8	54,9	20,8	28,0	36,3	24,7	26,1

Fonte: FMI, "Azerbaijan: External Trade Statistics" (2012). Dados de 2012 baseados em dados preliminares.

As vendas do Azerbaijão são direcionadas em grande parte à Itália, que respondeu por 35% das vendas em 2011. Outros destaques foram: França (15%), Estados Unidos (9%); Rússia (5%); e Indonésia (3%). O Brasil obteve o 66º lugar entre os destinos em 2011.



As importações do Azerbaijão são originárias em grande parte da Rússia e da Turquia que, juntas, representaram 30% do total. Na sequência foram: Alemanha (9%); Estados Unidos (7%); e China (6%). O Brasil obteve 13º posição com 1,8% de participação.

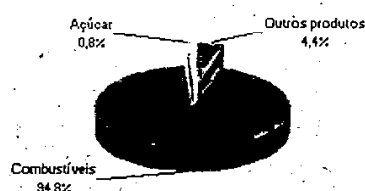


A pauta de exportações do Azerbaijão é concentrada. Os combustíveis (óleos brutos de petróleo) são os principais grupos de produtos exportados e representaram 95% do total.

AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	94,7%
Açúcar	0,8%
Subtotal	95,6%
Outros produtos	4,4%
Total	100,0%



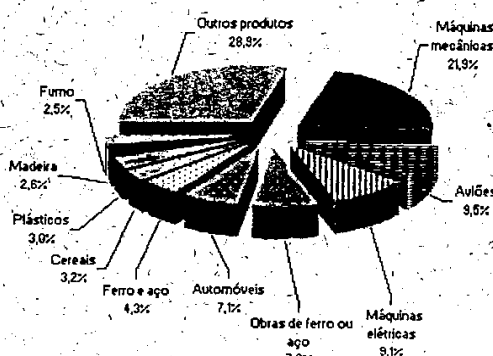
Elaborado pelo MRE/PRORIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap

Ao contrário da pauta de exportação, a pauta importadora do Azerbaijão é diversificada. Em 2011 os dez primeiros grupos de produtos somaram 71% da pauta de importações do Azerbaijão, na qual predominam as máquinas mecânicas, com 22% das compras. Destacaram-se também aviões (10%); máquinas elétricas (9%); obras de ferro (8%); automóveis (7%); ferro e aço (4%); cereais (3%); plásticos (3%); madeira (2,6%); fumo (2,5%).

AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	21,9%
Aviões	9,5%
Máquinas elétricas	9,1%
Obras de ferro ou aço	7,8%
Automóveis	7,1%
Ferro e aço	4,3%
Cereais	3,2%
Plásticos	3,0%
Madeira	2,6%
Fumo	2,5%
Subtotal	71,1%
Outros produtos	28,9%
Total	100,0%



Elaborado pelo MRE/PRORIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap

O Azerbaijão foi o 126º parceiro comercial brasileiro, com 0,01% das trocas comerciais brasileiras em 2011. Entre 2007 e

BRASIL-AZERBAIJÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL					
US\$ milhões, fob					
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	28,53	16,99	22,07	47,06	34,27
Variação em relação ao ano anterior	-17,1%	-40,5%	29,9%	113,2%	-27,2%
Importações brasileiras	0,19	0,11	0,19	0,04	0,18
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	-44,0%	78,7%	-77,7%	316,3%
Intercâmbio Comercial	28,72	17,09	22,26	47,10	34,45
Variação em relação ao ano anterior	-90,9%	-40,5%	30,2%	111,6%	-26,9%
Saldo Comercial	28,34	16,88	21,88	47,02	34,09

Elaborado pelo MRE/DPD/C- Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país declinou, apesar do incremento das exportações que cresceram 29% no período. O saldo da balança comercial foi superavitário ao Brasil nos últimos quatro anos do período.

BRASIL-AZERBAIJÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL							
US\$ milhões, fob							
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-nov)	2012 (jan-nov)
Exportações brasileiras	36,4	28,5	16,9	22,1	47,1	42,5	32,6
Variação em relação ao ano anterior	76,7%	-21,7%	-40,7%	30,6%	113,2%	114,2%	-23,2%
Importações brasileiras	278,1	0,2	0,1	0,2	0,04	0,02	0,2
Variação em relação ao ano anterior	258,1%	-99,9%	-44,0%	78,7%	-77,7%	-90,1%	839,0%
Intercâmbio Comercial	314,5	28,7	17,0	22,3	47,1	42,5	32,8
Variação em relação ao ano anterior	220,3%	-90,9%	-40,7%	30,9%	111,6%	112,2%	-22,8%
Saldo Comercial	-241,7	28,3	16,8	21,9	47,0	42,5	32,4

Elaborado pelo MRE/DPD/C- Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

As exportações brasileiras para o Azerbaijão são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 91% das vendas em 2011, com destaque para carnes. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados (representados diversos das indústrias químicas) representaram quase totalidade, 95% do total em 2011.

BRASIL-AZERBAIJÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ mil, fob (2012)				
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	31.983	93,3%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	2.230	6,5%	180	100,0%
Transações especiais	78	0,2%	0	0,0%
Total	34.270	100,0%	180	100,0%

Elaborado pelo INDEC-PIB/C. Levantado de inteligência Comercial com base em dados do INDEC.

A pauta de exportações brasileiras para o Azerbaijão é altamente concentrada, prevalecendo os produtos básicos. Em 2011, carnes (prevalecendo carnes de galos e galinhas) representaram 89% das vendas brasileiras. Destacaram-se, também, açúcar (5%); e fumo (2%).

BRASIL-AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS US\$ mil, fob					
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para o Azerbaijão, 2012
			Valor	% no total	
Carnes e miudezas	19.153	41.867	30.981	90,4%	
Fumo	977	1.055	981	2,8%	
Máquinas mecânicas	514	505	946	2,8%	
Farmacêuticos	39	258	439	1,3%	
Cacau	421	118	265	0,8%	
Açúcar	379	2.225	159	0,5%	
Subtotal	21.482	46.026	33.791	98,6%	
Outros produtos	588	1.035	479	1,4%	
Total	22.070	47.061	34.270	100,0%	

Elaborado pelo INDEC-PIB/C. Levantado de inteligência Comercial com base em dados do INDEC.

A pauta de importações brasileiras originárias do Azerbaijão decresceu no último ano, sendo produtos diversos das indústrias químicas o principal item da pauta de importações ao longo dos últimos três anos, o qual em 2011 respondeu por 88% da pauta.

BRASIL-AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS US\$ mil, fob					
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Azerbaijão, 2012
			Valor	% no total	
Diversos ind químicas	143	38	176	97,9%	
Máquinas elétricas	0	0	2	1,2%	
Subtotal	143	38	178	99,1%	
Outros produtos	51	5	2	0,9%	
Total	194	43	180	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Azerbaijão.

BRASIL-AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL				
US\$ milhões, fob				
DESCRIÇÃO	2 0 1 1	2 0 1 2(jan-nov)		Exportações brasileiras para o Azerbaijão em 2012(jan-nov)
	(jan-nov)	Valor	% no total	
Exportações				
Carnes	37,5	29,6	90,8%	
Máquinas mecânicas	0,5	0,9	2,9%	
Fumo	1,0	0,9	2,6%	
Farmacêuticos	0,2	0,4	1,2%	
Subtotal	39,2	31,8	97,5%	
Outros produtos	3,2	0,8	2,5%	
Total	42,5	32,6	100,0%	
Importações				Importações bras. originárias do Azerbaijão em 2012(jan-nov)
Diversos ind químicas	0,014	0,176	98,3%	
Máquinas elétricas	0,000	0,002	1,2%	
Subtotal	0,014	0,178	99,5%	
Outros produtos	0,005	0,001	0,5%	
Total	0,019	0,179	100,0%	

Elaborado pelo MEF/DEPR/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do ADIC/SECEX/Ministério da Fazenda

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Azerbaijão.

Aviso nº 89 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

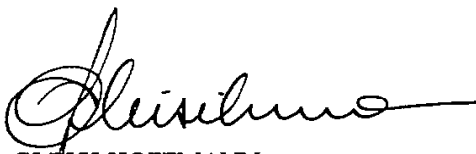
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

2

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Nº 9, de 2013 (Mensagem nº 27, de 1º de fevereiro de 2013, na origem), da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

RELATOR: Senadora **VANESSA GRAZIOTIN**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República deseja fazer da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular da Senhora Ministra de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério.

Consta no documento que a Ministra Maria Elisa de Bittencourt Berenguer ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, em 1970, tornando-se, dois anos depois, Terceira-Secretária; em 1976, Segunda-Secretária; e, respectivamente, em 1980, 1986, 1994 e 2005, Primeira-Secretária, Conselheira, Ministra de Segunda Classe e Ministra de Primeira Classe, sempre por merecimento. Em 1979, ingressou no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2001, defendeu a tese, junto ao Curso de Altos Estudos, *A Rússia em Transição: do golpe de agosto de*

1991 às eleições de 1993.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão de Europa Oriental (1972); a Divisão da África (1973); o Departamento da África, Ásia e Oceania (1974); a Divisão da Europa-I (1979 e 1983); o Departamento da Europa (1983); a Divisão de Protocolo (1985); a Divisão de Visitas (1986); e o Departamento de Comunicações e Documentação (1996).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Londres (1975), Viena (1982), a Missão junto à Organização das Nações Unidas (1988), Moscou (1991) e Tel Aviv (2010). Presidiu, ainda, a XXXI Sessão do Comitê do Programa de Coordenação das Nações Unidas (1991).

Em reconhecimento pela excelência de seus serviços, foram-lhe outorgadas as comendas Ordem Nacional, Costa do Marfim, Grau de Cavaleiro (1975); Cruz do Mérito, República Federal da Alemanha, Primeira Classe (1982); Ordem da Estrela Polar, Suécia, Primeira Classe (1985); Ordem do Mérito Militar, Brasil, grau de Cavaleiro (1985); Legião da Honra, França, grau de Cavaleiro (1986); Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, grau de Oficial (1986); Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Oficial (1987); Ordem do Libertador, Venezuela, grau de Comendador (1988); Ordem da Águia Asteca, México, grau de Comendador (1988); Ordem do Mérito Naval, Brasil, grau de Oficial (1988); Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2010); e a Medalha do Pacificador, Brasil (2011).

O país para o qual a Ministra de Carreira é indicada para assumir a função de Embaixadora, a Colômbia, é um parceiro sabidamente de peso nas relações internacionais do Brasil. De acordo com o relatório encaminhado a esta Casa Congressual, do ponto de vista econômico, as exportações brasileiras para a Colômbia e composta por produtos diversificados, sobretudo, manufaturados, mantendo-se o país, na última meia década, entre os dez principais fornecedores em 9 capítulos tarifários dos 10 de maior volume de importação pela Colômbia.

Em contrapartida, as importações brasileiras com origem colombiana apresentam padrão de maior concentração, tendo aumentado em mais de 1.186% (mil cento e oitenta e seis por cento), considerada toda a última década. Ademais disso, o Brasil foi o 10º maior investidor em estoque

naquele país em 2011, de acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2011).

Do ponto de vista político, o relatório faz alusão a uma intensa cooperação educacional bilateral. Tampouco são feitas menções, igualmente, a outras linhas de cooperação bilateral vigente ou à participação do Brasil na pacificação do conflito interno envolvendo a Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ou à participação direta do país, ou triangular (via Conselho de Defesa do MERCOSUL), na solução das diferenças entre Colômbia, Equador e Venezuela.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 9, DE 2013 (nº 27/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

Os méritos da Senhora Maria Elisa de Bittencourt Berenguer que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'B' e uma assinatura que parece ser 'Bittencourt'.

EM nº 00022/2013 MRE

Brasília, 30 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER

CPF.: 064.010.587-49

ID.: 1402 MRE

1948 Filha de Fernando Cesar de Bittencourt Berenguer e Elisa de Bittencourt Berenguer, nasce em 17 de maio, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1970 CPCD - IRBr

1979 CAD - IRBr

1994 CAE - IRBr, A Rússia em transição: do golpe de agosto de 1991 às eleições de dezembro de 1993

Cargos:

1972 Terceira-Secretária

1976 Segunda-Secretária

1980 Primeira-Secretária, por merecimento

1986 Conselheira, por merecimento

1994 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

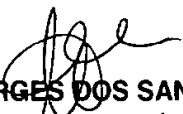
2005 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1972	Divisão da Europa Oriental, assistente
1973	Divisão da África, assistente
1974	Departamento da África, Ásia e Oceania, assessora
1975	Embaixada em Londres, Terceira e Segunda Secretária
1979	Divisão da Europa-I, assistente
1983	Departamento da Europa, assessora
1983	Divisão da Europa-I, Chefe, substituta
1985	Divisão de Protocolo, Chefe, substituta
1986	Divisão de Visitas, Chefe, substituta e Chefe
1988	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheira
1991	XXXI Sessão do Comitê do Programa e Coordenação das Nações Unidas, Presidente
1991	Embaixada em Moscou, Conselheira e Ministra-Conselheira
1996	Departamento de Comunicações e Documentação, Diretora-Geral
2010	Embaixada em Tel-Aviv, Embaixadora

Condecorações:

1975	Ordre National, Côte d'Ivoire, Cavaleiro
1982	Cruz do Mérito, República Federal da Alemanha, Primeira Classe
1984	Ordem da Estrela Polar, Suécia, Primeira Classe
1985	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
1986	Légion d'Honneur, França, Cavaleiro
1986	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1987	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1988	Ordem do Libertador, Venezuela, Comendador
1988	Ordem da Águia Azteca, México, Comendador
1988	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2011	Medalha do Pacificador, Brasil


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

EM Nº 00022 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

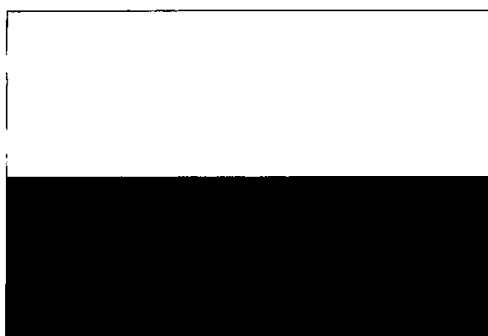
Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA COLÔMBIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República da Colômbia
CAPITAL:	Bogotá
ÁREA:	1.038.700 km ² (pouco maior que o Estado do Mato Grosso e menor do que o Pará)
POPULAÇÃO:	46 milhões de habitantes (2ª maior população da América do Sul; maior que a da Argentina)
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos (81%); protestantes (13,5%); judeus (2,2%); outras religiões (3,6%); ateus e agnósticos declarados (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Congresso bicameral (“ <i>Senado</i> ” e “ <i>Cámara de Representantes</i> ”)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Juan Manuel Santos (desde 07/08/2010)
CHANCELER:	María Ángela Holguín (desde 07/08/2010)
PIB NOMINAL (2011):	US\$ 333 bilhões (Brasil: US\$ 2,47 trilhões)
PIB PPP (2011):	US\$ 470 bilhões (Brasil: US\$ 2,28 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011):	US\$ 7.104 (Brasil: US\$ 12.5948)
PIB PPP PER CAPITA (2011):	US\$ 10.033 (Brasil: US\$ 11.640)
VARIÇÃO DO PIB:	5,9 (2011); 4% (2010); 1,6% (2009)
IDH 2011 (ÍNDICE DE DES. HUMANO):	0,710 (87º entre 186 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA:	73,7 anos (Brasil: 73,5)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	93,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso colombiano
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	2.600 cidadãos brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

BRASIL/ COLÔMBIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	849,6	1.186,7	1.549,8	2.387,7	2.765,3	3.124,2	2.368,9	3.274,9	3.961,5	4.101,5
Exportações	751,6	1.043,5	1.412,1	2.139,8	2.338,6	2.295,0	1.801,0	2.196,0	2.577,4	2.834,5
Importações	98	143,2	137,7	247,9	426,7	829,2	567,9	1.078,9	1.384,1	1.267,0
Saldo	653,6	900,3	1.274,4	1.891,9	1.911,9	1.465,8	1.233,1	1.117,1	1.193,3	1.567,5

Fonte: MDIC

PEREIS BIOGRÁFICOS

JUAN MANUEL SANTOS Presidente da República

Nascido em Bogotá, estudou Economia e Administração na Universidade do Kansas (EUA). Sua família foi detentora de importantes meios de comunicação na Colômbia, entre os quais o jornal “*El Tiempo*”. Seu tio-avô, Eduardo Santos, foi Presidente da República de 1938 a 1942; e seu primo, Francisco Santos Calderón, Vice-Presidente da República nos dois mandatos de Álvaro Uribe.

Mestre em Economia e Administração Pública pela *London School of Economics* e em Harvard, foi Chefe da Delegação da Colômbia junto à Organização Internacional do Café, em Londres; Ministro de Comércio Exterior durante a presidência de César Gaviria, em 1991; Senador em 1993; e Ministro da Fazenda e Crédito Público em 2000, no mandato de Andrés Pastrana.

Foi Presidente do Partido Social de Unidade Nacional, que fundou em 2005. Em 19 de julho de 2006, assumiu o Ministério da Defesa, tendo renunciado em maio de 2009, para candidatar-se à Presidência.

Foi eleito Presidente da Colômbia em 20 de junho de 2010, tendo obtido, em segundo turno, 70% dos votos válidos (mais de 9 milhões). A coalizão que conforma a base de seu Governo representa 80% do Congresso Nacional.

O Presidente anunciou, em dia 1º de outubro de 2012, que seus exames de rotina haviam detectado um câncer de próstata. O mandatário mostrou rápida recuperação de cirurgia, para retirada do tumor, retomando rapidamente sua agenda de trabalho.

O Presidente Santos tem mantido, desde então, agenda normal de trabalho na Colômbia e no exterior.

MARÍA ÁNGELA HOLGUÍN Ministra das Relações Exteriores

Formada em Ciência Política pela Universidade de Los Andes (em Bogotá), especializou-se em gestão pública e instituições administrativas naquela Universidade e em diplomacia e estratégia no “*Centre d’Etudes Diplomatiques et Strategiques*” (CEDS, Paris/França).

Com mais de uma década de experiência no setor público, Holguín ocupou altas posições no Governo colombiano, das quais se destacam as de Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Vice-Ministra das Relações Exteriores (1998) e Subdiretora do Departamento Administrativo da Presidência da República (1999).

Durante a campanha presidencial de Álvaro Uribe, em 2001, coordenou o Comitê de Assuntos Internacionais do então candidato. Uma vez eleito Presidente, Uribe nomeou-a Embaixadora na Venezuela (2002). Em 2004, assumiu o cargo de Embaixadora da Colômbia junto às Nações Unidas.

Em 2010, ao assumir a Presidência da República, Juan Manuel Santos nomeou-a Ministra das Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Colômbia foram estabelecidas em 1826, e remontam à época do movimento emancipacionista e da fragmentação dos Vice-Reinados espanhóis na América no início do século XIX, quando foi constituída a Grã-Colômbia, que compreendia os atuais Estados da Venezuela, da Colômbia, do Equador e do Panamá.

A primeira missão brasileira à Colômbia (então chamada Nova Granada) ocorreu em 1852, tendo como principal objetivo o tratamento de questões de limites e de navegação fluvial. A fixação dos limites com o país só ocorreu, no entanto, em 1907, com a assinatura do “Tratado de Limites e Navegação”, conhecido como “Tratado de Bogotá”.

Momento especial de aproximação concreta entre Brasil e Colômbia deu-se em 3 de julho de 1978, com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

Em 1981, o Presidente Figueiredo realiza a primeira visita de um Presidente brasileiro à Colômbia. A visita ocorreu um ano após o incidente no qual o grupo guerrilheiro colombiano “*Movimiento 19 de abril*” (M-19) invadira a Embaixada da República Dominicana em Bogotá, tomando como reféns, por 61 dias, o Embaixador brasileiro e outros quatorze Embaixadores.

Os contatos entre os países se intensificaram nos anos 90, com a criação da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia (janeiro de 1994), chefiada pelos Vice-Chanceleres. O referido mecanismo foi o principal foro de diálogo e de cooperação entre os dois países até a criação da Comissão Bilateral, chefiada pelos Ministros das Relações Exteriores, em 2008.

Em anos recentes, os Governos do Brasil e da Colômbia têm mantido intensa agenda de trabalho, tanto do ponto de vista político quanto do econômico-comercial. Evidência dessa aproximação é o fato de que foi ao Brasil a primeira viagem oficial do Presidente Juan Manuel Santos após sua posse, em setembro de 2010. Posteriormente, o Presidente também compareceu à posse da Presidenta Dilma Rousseff, em 1º de janeiro de 2011. A Presidenta, por sua vez, esteve em Cartagena, em abril de 2012, para participar da Cúpula das Américas. Os Presidentes também têm realizado encontros de trabalho à margem de Cúpulas regionais ou multilaterais.

A Chanceler María Ángela Holguín e o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, também têm mantido contatos frequentes em encontros bilaterais ou paralelamente a reuniões regionais e multilaterais. A mais recente Comissão Bilateral foi realizada em 5 de novembro de 2012, em Bogotá. No encontro, os dois Chanceleres abordaram os temas comércio, cooperação cultural, educação e cooperação técnica.

COMÉRCIO BILATERAL

As cifras do comércio bilateral indicam a medida da intensidade da aproximação recente entre Brasil e Colômbia. Na última década (início de 2003 a

início de 2013), o intercâmbio comercial passou de US\$ 850 milhões para US\$ 4,1 bilhões, o que representa 382% de aumento. Em 2012, o comércio com a Colômbia aumentou 3,53%, indo de cerca de US\$ 3,96 bilhões, em 2011, para cerca de US\$ 4,1 bilhões – índice significativo, considerando-se que a corrente de comércio global do Brasil teve redução de 3,4%.

Isoladamente, as exportações brasileiras para a Colômbia aumentaram, no mesmo período, 277%, enquanto as exportações colombianas para o Brasil aumentaram 1.186%. O comércio é amplamente superavitário para o Brasil. De 2007 a 2010, houve tendência de redução do superávit brasileiro, de US\$ 1,91 bilhão para US\$ 1,11 bilhão. Os superávits de 2011 e 2012, no entanto, foram de US\$ 1,19 bilhão e de US\$ 1,56 bilhão, respectivamente, indicando possível reversão da tendência anterior de equilibrar as trocas.

A pauta de exportações brasileiras para a Colômbia reúne dois elementos positivos: é diversificada e composta, sobretudo, por produtos manufaturados (87,2% em 2012). Os 20 produtos de maior valor na pauta corresponderam a 37% do total. No mesmo período, foram os seguintes os principais produtos exportados pelo Brasil para a Colômbia, e sua respectiva participação na pauta: açúcares de cana (5,97%); milho em grão (4,28%); laminados de aço (4,06%); automóveis para até 6 passageiros (2,95%); propeno (2,65%); preparações para elaboração de bebidas (2,2%); pneus novos para ônibus ou caminhões (1,89%); e chassis com motor para veículos de 10 passageiros ou mais (1,45%).

As principais empresas brasileiras exportadoras para a Colômbia são: Braskem, ArcelorMittal, Renault do Brasil, Caterpillar Brasil, Bunge (agronegócio e alimentos) e Recofarma Indústrias do Amazonas (fornecedor de lúpulo, malte e matérias-primas).

As importações brasileiras com origem na Colômbia, por sua vez, apresentam padrão de maior concentração, e os seus vinte principais produtos correspondem a 79,18% do total da pauta. Em 2012, os principais produtos importados a partir da Colômbia foram: hulha betuminosa (22,52%); policloreto de vinila (16,33%); coques de hulha (12,86%); desperdícios e resíduos de cobre (3,93%); óleo de dendê (2,64%); lâminas de ferro/aço revestidas de cromo (2,63%); copolímeros de propileno (2,42%); pneus novos para ônibus ou caminhões (2,27%); policloreto de vinila (2,04%); e pneus novos para automóveis (1,92%).

Na última meia década (2007-2012), o Brasil manteve-se entre os dez principais fornecedores da Colômbia em 9 capítulos tarifários dos dez de maior volume. No entanto, a participação brasileira apresentou declínio em sete desses setores: caldeiras, máquinas e partes (de 5,3% para 3,3%); veículos, partes e acessórios (de 4% para 3,3%); aparelhos e material elétrico de gravação ou imagem (de 7,7% para 3,2%); navegação aérea ou espacial (de 35,6% para 1,93%); materiais plásticos (6,1% para 5,8%); fundição, ferro e aço (de 22,2% para 14,5%); produtos farmacêuticos (de 7,4% para 4%). Dos dez principais capítulos importados pela Colômbia, o Brasil ampliou sua participação apenas nos setores de químicos orgânicos (de 2,1% para 6,4%) e de cereais (de 0,1% para 7,7%).

INVESTIMENTOS

As empresas brasileiras vêm detectando oportunidades de investimento na Colômbia desde a década de 70. Como resultado, estima-se hoje em US\$ 2,5 bilhões o estoque de investimentos brasileiros na Colômbia.

Conforme dados reunidos no “Relatório de Políticas de Investimento da Colômbia – 2012”, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil foi, em 2011, o 10º investidor em estoque naquele país (e o 5º, após os EUA, a Espanha, o Reino Unido e o Canadá, se forem desconsiderados os fluxos originários de “paraísos fiscais”). A partir de 2006, o Brasil começou a suplantiar investidores tradicionais, como França, Suíça e Países Baixos.

Segundo o “Banco de la República”, de janeiro até setembro de 2012, o Brasil foi o quarto maior investidor na Colômbia, apresentando o maior crescimento (395%) em relação a 2011, tendo passado de US\$ 83,3 milhões para US\$ 412,3 milhões. Os principais investimentos brasileiros dirigem-se às áreas de mineração (Votorantim, EBX), energia (Petrobras) infraestrutura (Camargo Correa, Odebrecht, entre outras).

Há registros de quarenta empresas brasileiras estabelecidas na Colômbia, em distintos setores: desde os mais tradicionais, como energia, extrativismo mineral e construção civil; até outros como serviços de informática, comunicações e administração de aterros sanitários. A atuação de empresas brasileiras de construção civil também é tradicional na Colômbia.

Se, por um lado, os investimentos brasileiros na Colômbia têm aumentado, por outro, os colombianos também têm diversificado seus investimentos no Brasil. O antes mencionado relatório da OCDE sublinha ainda tendência crescente das empresas colombianas de realizarem investimentos no exterior, passando o Brasil a figurar entre seus quinto e sexto destino, segundo dados de 2010 e preliminares de 2011.

A empresa colombiana Internexa, pertencente ao grupo ISA (no qual o Governo colombiano possui 51% de participação), está diretamente envolvida na integração das redes nacionais de fibra óptica, no contexto do Projeto de Anel Óptico Sul-Americano, levado a cabo pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). A companhia possui 21.000 km de redes de telecomunicação no Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e, ainda em fase de implantação ou adequação, na Argentina e no Brasil. Nesse contexto, a empresa colombiana tem buscado estabelecer acordos de interconexão com outras empresas da região, inclusive com a Telebrás.

O incremento no fluxo de investimentos brasileiros na Colômbia poderia aumentar a corrente de comércio de forma equilibrada, uma vez que traz elementos de integração produtiva (ou seja, pode gerar exportações ao Brasil). Exemplo disso são os investimentos do grupo EBX na exploração de carvão térmico, que poderá abastecer três usinas térmicas que o grupo está construindo no Brasil (duas no Ceará e uma no Maranhão).

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

No último ano, foram expedidos 1.329 vistos de estudante para jovens colombianos, com aumento de 123% em relação a 2007. Cerca de 200 desses vistos foram concedidos para indivíduos selecionados por meio de programas oficiais do Governo brasileiro. Os demais refletem a crescente aproximação da comunidade acadêmica, sobretudo por meio de convênios celebrados diretamente entre as instituições universitárias dos dois países.

O Programa Estudante-Convênio, em especial na área de pós-graduação (PEC-PG), permanece como fator de estímulo à vinda de estudantes colombianos ao Brasil – entre 2008 e 2012, em média 65 estudantes por ano. Atualmente, os estudantes colombianos representam cerca de um terço das bolsas oferecidas por meio do PEC-PG, para o qual concorreram, em 2011, candidatos de 34 países. A Colômbia consolidou-se, portanto, como o principal país emissor de estudantes para o PEC-PG.

Em novembro de 2011, por ocasião da II Comissão Bilateral, foram firmados cinco acordos: três entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e instituições congêneres colombianas (Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação – COLCIENCIAS; Instituto Colombiano de Crédito Educativo e Estudos Técnicos no Exterior – ICETEX; e Universidade Nacional da Colômbia – UNAL), um entre as respectivas associações de Reitores dos dois países (o Grupo Coimbra e a Associação Colombiana de Universidades – ASCUN) e outro entre a Universidade Federal Latino-Americana (UNILA) e o ICETEX.

Como resultado dos acordos na área de educação, a Colômbia enviou, em março de 2012, 56 estudantes para cursos de graduação na UNILA. A ASCUN e o Grupo Coimbra, por sua vez, realizaram, em 17 de abril último, com o apoio dos Governos de Brasil e Colômbia, o primeiro encontro brasileiro-colombiano de Reitores. Foram abertos, ainda, editais do COLCIENCIAS e CAPES com vistas a financiar programas de intercâmbio acadêmico e pesquisas conjuntas, respectivamente em setembro e outubro.

Na XIV Comissão de Vizinhança, realizada em Tabatinga (AM), em outubro de 2012, as instituições técnicas e superiores da fronteira (Instituto Federal da Amazônia – IFAM, Universidade do Estado do Amazonas – UEA e Universidade Nacional da Colômbia – UNAL) iniciaram diálogo a propósito da criação de comitê interinstitucional com objetivo de fomentar atividades conjuntas de ensino e pesquisa.

O Grupo Coimbra está coordenando, em parceria com a CAPES, programa de capacitação de professores de espanhol do Ensino Fundamental da rede pública brasileira, que consiste no envio de professores brasileiros para Colômbia, Peru, México e Argentina.

FEIRA DO LIVRO DE BOGOTÁ

O Brasil participou, como país homenageado, da XXV edição da Feira do Livro de Bogotá, realizada na segunda quinzena de abril passado. A Feira é um evento tradicional, que tem repercussão nos países andinos, tanto junto ao público em geral quanto ao público especializado. De modo a conferir ainda maior projeção à

participação brasileira, foi articulada estratégia de “invasão cultural”, que consistiu na organização de dezenas de atrações culturais paralelas à feira. A recepção de mais de 300.000 visitantes, a venda de mais de 6.500 títulos brasileiros, assim como ampla repercussão positiva na imprensa local, indicam que a participação brasileira foi bem-sucedida.

ENSINO DE PORTUGUÊS

O ensino de português no Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (IBRACO) ganhou impulso nos últimos anos, como resultado do incremento do volume de estudantes universitários colombianos que se dirigem ao Brasil, assim como do interesse que o Brasil tem despertado junto à sociedade colombiana. Em 2012, o IBRACO teve 852 matrículas. De 2010 a 2012, o número de candidatos ao exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS) aumentou de 838 para 1361, e muitos dos examinados são candidatos a programas e bolsas de pós-graduação no Brasil (42% dos alunos inscritos no IBRACO desejam fazer pós-graduação no Brasil).

O ensino de português também se tem beneficiado dos convênios celebrados pelo IBRACO tanto com instituições universitárias, quanto com empresas que tencionam capacitar seus funcionários no domínio do idioma português. Ainda com base no apoio estendido pelo IBRACO, foi possível dar início ao ensino de português na Academia Diplomática de San Carlos (tanto no curso de formação de novos diplomatas quanto para funcionários mais antigos).

TEMAS CONSULARES

Estima-se residirem na Colômbia cerca de 2600 cidadãos brasileiros, a maior parte dos quais em Bogotá. Parte da comunidade brasileira é composta por empregados de empresas transnacionais, como Petrobras, Camargo Corrêa e Odebrecht, entre outras. Também é significativo o número de brasileiros residentes na Colômbia por terem contraído matrimônio com nacionais colombianos, e que exercem atividades em áreas como comércio e medicina.

Ademais do setor consular da Embaixada em Bogotá, o Itamaraty mantém Vice-Consulado na cidade fronteiriça de Leticia e conta com consulados honorários em Barranquilla, Cartagena e Medellín.

Em 29 de junho passado, a Colômbia aderiu ao “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile”. O Acordo deverá começar a ser aplicado pelos colombianos em 1º de dezembro próximo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano na Colômbia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, em 2012, financiamento à exportação de produtos e serviços brasileiros para o projeto da usina hidrelétrica de Ituango, na Colômbia. O tomador de empréstimos foi a Empresa Pública de Medellín – Ituango que, apesar de controle público, não é considerada tomador soberano. Os empréstimos se referem a: a) exportação equipamentos eletromecânicos para a usina (Alstom Brasil, US\$ 340 milhões); e b) bens e serviços de engenharia para a construção da usina (Camargo Corrêa, US\$ 529 milhões).

POLÍTICA INTERNA

No dia 20 de junho de 2010, Juan Manuel Santos sagrou-se vencedor no segundo turno das eleições presidenciais da Colômbia, com apoio do então Presidente Uribe. O novo Presidente assumiu o cargo contando com ampla maioria no Congresso (cerca de 80% de apoio parlamentar) e oposição branda (conformada pelo Pólo Democrático Alternativo e por congressistas do Partido Liberal que não aderiram à “Unidade Nacional” de Santos).

Embora tenha continuado a dar atenção aos três eixos do Governo de Uribe – segurança, confiança para os investidores e coesão social –, o Presidente Santos promoveu mudanças substanciais nos âmbitos interno e externo, que permitiram atrair setores que se opunham a Uribe. O Governo Santos diversificou a agenda e propôs discutir temas como desenvolvimento, criação de empregos e reconciliação nacional por meio da reparação das vítimas do conflito interno. O resultado mais visível da mudança foi um Governo fundado em um centro político ampliado, que admite a direita e a esquerda em suas formas moderadas e repele os extremismos.

Reflexo da capacidade de articulação política do Presidente Santos foi a aprovação congressual de ambiciosa agenda legislativa que incluiu, entre outros, a Lei de Vítimas e de Restituição de Terras, a reforma política, o Estatuto Anti-Corrupção, a Lei do Primeiro Emprego e o “Marco Jurídico para a Paz”. A promulgação da Lei de Vítimas e Restituição de Terras (indenização de vítimas do conflito armado e restituição de terras usurpadas em conflitos rurais), em 10 de junho de 2011, foi considerada uma das iniciativas governamentais mais importantes das últimas décadas. Já o “Marco Jurídico para a Paz” introduziu regras para a desmobilização de grupos armados ilegais envolvidos no conflito interno.

Não obstante esses fatos, após dois anos de governo, o Presidente Santos recebeu, em julho de 2012, avaliação majoritariamente negativa. Pesquisa da consultoria Ipsos-Napoleón Franco indicou que 54% dos entrevistados declararam-se insatisfeitos com o trabalho do Presidente, contra 42% de satisfeitos. Analistas apontam a reforma da justiça, que supostamente atenuaria controles e punições a parlamentares por corrupção, como principal responsável pela queda.

Já em setembro, pesquisas apontaram recuperação parcial dos índices de aprovação da gestão Santos (64,2% de aprovação – Datexco). O elemento que parece ter sido decisivo nessa recuperação foi o anúncio do início de diálogo para a paz com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

A aprovação de projeto de lei sobre a reforma tributária, em 21 de dezembro de 2012, foi importante para que o Governo de Juan Manuel Santos pudesse demonstrar que, apesar da malograda tentativa de reforma judiciária e do desgaste sofrido nos últimos meses, ainda mantém margem razoável de manobra no Congresso. A aprovação da reforma dependeu, no entanto, de concessões que implicarão redução de cerca de US\$280 bilhões na arrecadação anual. Outro aspecto questionado é o da redução de 13,5% na carga tributária paga pelo empresariado sobre a folha de pessoal. Os críticos alegam que a medida beneficiará as grandes empresas, que não necessariamente reinvestirão os recursos anteriormente direcionados a esses impostos na criação de novos postos de trabalho.

PODER LEGISLATIVO

A Colômbia tem uma legislatura bicameral. O Congresso é formado pelo Senado e pela Câmara de Representantes. Os 102 Senadores e 166 Representantes são escolhidos por eleição direta, a cada quatro anos, e podem ser reeleitos. As eleições para senador são nacionais e incluem dois assentos para representação indígena. As eleições para a Câmara são departamentais (à exceção de Bogotá, onde o pleito é distrital), complementadas por assentos para comunidades indígenas, afro-colombianas, comunidade colombiana no exterior e minorias políticas.

PROCESSO DE PAZ

Desde o início de seu Governo, Santos pôs em discussão o tema da paz interna. Em várias ocasiões, afirmou que não descartava a possibilidade de iniciar negociações com as FARC. Finalmente, em setembro de 2012, o Presidente anunciou que o Governo havia firmado com as FARC um “Acordo Geral para o Fim do Conflito Armado”. Em telefonema de 3 de setembro, em que antecipou a notícia à Presidenta Dilma Rousseff, Santos solicitou manifestação formal do Brasil e recebeu reação positiva da Presidenta que, por meio de nota, expressou publicamente o apoio brasileiro à iniciativa.

O acordo do Governo Santos com a guerrilha tem agenda com cinco pontos a serem principalmente discutidos: i) desenvolvimento rural, ii) garantias para o exercício da oposição política e a participação cidadã, iii) fim do conflito armado, iv) narcotráfico, e v) direitos das vítimas.

Com mediação de Noruega, Venezuela, Chile e Cuba, as discussões preliminares sobre o processo de paz foram iniciadas em Oslo, em 17 de outubro de 2012. No dia 19 de novembro, iniciaram-se, em Cuba, os diálogos substantivos do processo, conforme estabelecido no Acordo-Quadro entre o Governo da Colômbia e as FARC.

A guerrilha manifestou interesse em discutir o modelo de desenvolvimento colombiano, hipótese rechaçada pelo Governo. Governo e FARC têm, no entanto, dado declarações positivas sobre avanços nas negociações, sem entrar, porém, em detalhes substantivos.

No dia 19 de novembro, Iván Márquez dirigiu-se à imprensa para anunciar cessar-fogo unilateral por parte das FARC, até 20 de janeiro de 2013. O Presidente Santos já havia descartado proposta da guerrilha de cessar-fogo bilateral. O Ministro da Defesa, Juan Carlos Pinzón, assegurou que, mesmo que as FARC cumpram a promessa, as Forças Armadas continuariam as operações militares.

As operações contra a guerrilha continuam em vários pontos do território colombiano, e envolveram milhares de soldados, com o objetivo – conforme declarou

o Comandante-Geral das Forças Armadas, General Alejandro Navas – de reduzir em 50% a capacidade operacional das FARC até meados de 2014.

Como resposta à solicitação das FARC de incluir a sociedade civil no processo de paz, Governo e guerrilha estabeleceram sítio eletrônico (www.mesadeconversaciones.com.co) para receber propostas para a mesa de diálogo. Acordaram, ainda, realização do “Fórum Política de Desenvolvimento Agrário Integral”. O Fórum ocorrido entre 17 e 19 de dezembro, cuja organização foi delegada à ONU e à Universidade Nacional, teve 1.314 participantes.

Mais de 400 propostas foram compiladas no evento para serem encaminhadas à mesa de diálogos. Entre as propostas, encontram-se: pedido de maior investimento do Governo em infraestrutura, crédito e assistência técnica, de modo a ampliar a competitividade do campo; substituição da fumigação de cultivos ilícitos e por oferta de cultivos alternativos para substituí-los; e estabelecimento de limites para exploração mineira por transnacionais.

Antes da primeira reunião do terceiro ciclo de diálogos, as FARC apresentaram declaração à imprensa, contendo proposta com objetivos concretos relacionados com o tema de desenvolvimento agrário integral. Segundo a guerrilha, trata-se da primeira de “*Diez propuestas para una política de desarrollo rural y agraria*”, que teriam sido elaboradas a partir de uma análise das ideias expostas por vários setores sociais no Foro Agrário, nas Mesas Regionais de Paz, e na página criada para coletar as opiniões da sociedade. O Governo afirmou que também levará em consideração as 546 propostas feitas no Foro Agrário e 3.000 outras registradas na Internet.

POLÍTICA EXTERNA

Ao tomar posse, o Presidente Santos iniciou alteração na política externa da Colômbia.

Tendo em vista o fracasso de negociações com as FARC no Governo que lhe precedeu (Pastrana), o Governo Uribe (2002-2010) teve como abordagem o conflito direto com a guerrilha – altamente militarizado e generalizado por todo o território; em ambiente no qual os vizinhos eram considerados parte do problema; e o grande – e exclusivo – aliado eram os EUA.

Oito anos depois, quando Santos chegou ao poder, as circunstâncias eram outras. Havia sinais de que a ajuda norte-americana declinaria. O uso extensivo da força, nos dois mandatos do Presidente Uribe, não lograra uma vitória militar definitiva – apesar de as FARC terem sido enfraquecidas. Além disso, a estratégia de confrontação de Uribe tinha levado a Colômbia a momentos de evidente isolamento regional (como por ocasião do ataque a acampamento das FARC em território equatoriano em 2008).

Nessa nova conjuntura, Santos buscou transformar os vizinhos em parte da solução, como ficou evidente na aproximação com a Venezuela e o Equador.

Assim, e sem abandonar a relação privilegiada que continua mantendo com os EUA ou a estratégia da militarização, também se engajou em processos regionais, e até hemisféricos.

Como contraponto a Uribe, Santos não apenas se tornou entusiasta da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), mas conseguiu eleger, com apoio venezuelano, a colombiana María Emma Mejía para a Secretaria-Geral daquela organização. Santos esteve, ademais, à frente da criação do Conselho de Ministros da Defesa, Justiça e Relações Exteriores da UNASUL.

Desde sua posse, o Presidente Juan Manuel Santos procurou aproximação com a Venezuela. Para além dos benefícios econômico-comerciais advindos de uma relação menos influenciada por diferenças de cunho ideológico, os recém-anunciados diálogos do Governo com a guerrilha deixaram evidente a importância da Venezuela para a Colômbia.

Nesse quadro, após recuperação de 23% em 2011 em relação a 2010, as exportações colombianas para a Venezuela mostraram recuperação ainda forte: entre janeiro e agosto de 2012, totalizaram US\$ 1,77 bilhão de dólares – crescimento de 69% em relação ao mesmo período em 2011. A participação na pauta colombiana no período passou de 2,8% em 2011 para 4,4% em 2012. Os principais produtos foram: combustíveis e óleos minerais (91,7% de variação); animais vivos (1.500%); materiais plásticos (28,1%); papel, cartão e suas manufaturas (-27,7%). As importações do vizinho tiveram crescimento mais modesto, após aumento de 84% entre 2010 e 2011. Nos primeiros oito meses de 2012, as importações aumentaram 12,2% em relação ao mesmo período de 2011, e totalizaram US\$ 446 milhões. A participação de produtos venezuelanos na pauta de importações se manteve baixa: apenas 1,1% do total.

As relações com o outro vizinho colombiano, o Equador, foram rompidas em 2008, devido a ataque militar colombiano às FARC em território equatoriano. O efetivo processo de normalização dessas relações bilaterais teve início em 24 de setembro de 2009, com a emissão de Comunicado Conjunto anunciando a criação de diversos comitês de trabalho bilaterais.

No dia 15 de dezembro de 2010, o Presidente Rafael Correa visitou a Colômbia, reunindo-se com seu homólogo em encontro que selou a plena normalização das relações diplomáticas entre os dois países. O Governo equatoriano conferiu caráter humanitário à visita, por conta das enchentes que vinham causando vítimas e danos materiais em diversas regiões da Colômbia.

O bom momento das relações pode ser ilustrado pela reunião dos Chanceleres, em 14 de setembro de 2012, em Medellín, que repassou a agenda preparatória do primeiro Gabinete Binacional Ministerial. Participaram do encontro ministros de ambos os Governos, sob a presidência conjunta de Juan Manuel Santos e Rafael Correa. O Chanceler equatoriano, Ricardo Patiño, declarou, na ocasião, apoio ao processo de paz na Colômbia e empenhou seu apoio ao Governo da Colômbia.

As relações entre EUA e Colômbia parecem ser percebidas, por ambas as partes, como tradicionais e estratégicas, tendo em vista tanto a posição geográfica da Colômbia (país sul-americano, amazônico, andino e caribênho), quanto sua condição de exportador de petróleo e carvão. Na parte mais sombria da agenda bilateral, não pode ser esquecido o fato de que a Colômbia permanece um dos principais fornecedores de cocaína para o mercado norte-americano.

Depois de ser tema central da política externa colombiana por oito anos, data do início das negociações, o acordo de livre-comércio (ALC) entre Colômbia e Estados Unidos entrou em vigor no dia 15 de maio, após ter sido aprovado pelo congresso norte-americano em 13 de outubro de 2011. Após oito meses de vigência, o ALC apresentou poucos resultados. Entre janeiro e novembro de 2012, o país exportou aos Estados Unidos US\$ 19,914 bilhões (crescimento de 0,8%), dos quais 73% (US\$ 14,451 bilhões) foram do setor mineiro e energético. Até o mês de maio, as vendas ao mercado americano foram de US\$ 9,616 bilhões, sendo 74% em exportações do setor mineiro e energético, ou seja, a proporção pouco mudou depois da entrada em vigor do acordo comercial.

A política externa de Santos vem transformando a inserção na região do Pacífico em uma de suas prioridades, como demonstram a intensificação das gestões para integrar a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) e a participação na iniciativa da “Aliança do Pacífico”, voltada para a conformação de uma “Área de Integração Profunda do Pacífico” no marco do chamado “Arco do Pacífico Latino-Americano”.

A adesão da Colômbia à Aliança do Pacífico é mais um capítulo da reversão do isolamento diplomático em que se encontrava a Colômbia no final da administração Álvaro Uribe. Para o Governo colombiano, os esforços de aproximação político-comercial com seu entorno geográfico imediato devem ser acompanhados de outras iniciativas que contribuam para projetar o país no mundo. A participação da Colômbia na Área de Integração Profunda responde, portanto, à estratégia de atuar em múltiplos tabuleiros internacionais.

Em visita à Colômbia (18/09/2012), o então recém-eleito Presidente do México, Enrique Peña Nieto, declarou sua intenção de fortalecer o diálogo com vistas à consolidação da Aliança do Pacífico. Avaliou a maior presença de investimentos recíprocos entre os membros da Aliança do Pacífico como importante instrumento para fortalecer o bloco, indo além de seu escopo preponderantemente comercial.

Por outro lado, a China vem demonstrando interesse em engajar-se na construção de obras de infraestrutura na Colômbia. Assim como em outros países da América do Sul ou da África, na Colômbia o investimento direto chinês procura garantir o abastecimento de insumos industriais a preços baixos e previsíveis, e com logística de escoamento eficiente.

Em visita à China, em maio de 2012, os Presidentes Santos e Hu Jintao assinaram nove acordos de cooperação, dos quais cinco são efetivamente estratégicos: a construção de um oleoduto que permitirá a saída do petróleo colombiano rumo à Ásia, pelo Pacífico; a criação de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de um acordo de livre comércio (ALC) entre os dois países; a recuperação do Rio Magdalena para a navegação e produção de hidroenergia; o comércio de carne bovina; e a construção de uma ferrovia. Note-se, porém, que os chamados “acordos” consistem essencialmente em declarações de intenção.

Na VIII Reunião da Comissão Mista Econômico-Comercial, realizada em 2 de outubro de 2012, os Ministros de Comércio da China e da Colômbia assinaram Memorando de Entendimento a fim de fortalecer mecanismos de defesa comercial bilateral, e anunciaram a decisão de iniciar estudos para avaliar a possibilidade de negociação de acordo comercial para aproveitar as vantagens da Colômbia no setor agrícola e agropecuário. Conforme tem afirmado o Governo, a Colômbia tenciona equiparar-se, no que se refere à assinatura de acordos de livre comércio, aos demais integrantes da “Aliança do Pacífico”, com vistas a que o percentual das exportações no PIB passe dos atuais 15% para 25%, até 2023.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia colombiana tem logrado alcançar vários indicadores positivos: crescimento do PIB (de 5,9% em 2011 e de 4,8% no primeiro semestre de 2012); inflação dentro da meta (3,11% em julho de 2012), redução do desemprego (9,7% em agosto de 2012, comparado a 10,1% em agosto de 2011); e o ponto mais baixo do "Risco-País" (77 pontos em outubro de 2012). Os dados do terceiro trimestre de 2012, no entanto, apontam para possível desaceleração: segundo o Departamento Nacional de Estatísticas (DANE), o crescimento do PIB colombiano, no terceiro trimestre de 2012, foi de 2,1%, valor significativamente inferior ao registrado nos dois primeiros trimestres (4,7% e 4,8%). A queda foi atribuída, principalmente, à contração no setor da construção civil (-12,3%), motor do crescimento no primeiro semestre.

Seguem como fatores de preocupação a apreciação do peso frente ao dólar e a desaceleração da indústria, bem como a queda na construção civil, um dos principais motores da economia nos trimestres anteriores.

Depois de longo período em trajetória de redução, a taxa de desemprego em setembro de 2012 apresentou aumento de 0,2% percentuais com referência ao mesmo mês de 2011, alcançando 9,9%.

A inflação continuou sob controle. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), no acumulado até novembro de 2012, foi de 2,34%, enquanto nos últimos doze meses a inflação registra variação de 2,77%.

De acordo com dados divulgados pelo Banco da República, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) atingiu US\$ 16,68 bilhões em 2012, valor 11% (US\$ 1,65 bilhão) superior aos US\$ 15,03 bilhões registrados em 2011. Os setores de mineração e petróleo mantêm-se como os principais destinos (80%, ou US\$ 13,35 bilhões) dos fluxos de capital estrangeiro recebidos pelo país.

Segundo a balança de pagamentos, com dados de janeiro até setembro de 2012, o Brasil, quarto maior investidor na Colômbia no período, foi o país que apresentou maior crescimento (395%) em relação a 2011, tendo passado de US\$ 83,3 milhões para US\$ 412,3 milhões. Os principais investimentos brasileiros dirigem-se às áreas de mineração (Votorantim, EBX), energia (Petrobras) e infraestrutura (Camargo Correa, Odebrecht, entre outras).

Com a entrada em vigor da reforma tributária, em 1º de janeiro, na qual se determina a redução de 33% para 14% no imposto de renda sobre os rendimentos dos investimentos estrangeiros em títulos locais, a expectativa é que, a partir de este ano, se ampliem os fluxos de capital estrangeiro para o país.

COMÉRCIO

A estratégia comercial colombiana segue focada na negociação de Acordos de Livre Comércio (ALCs) com as principais economias desenvolvidas e emergentes do mundo (em 2012 entrou em vigor o acordo com os EUA, principal parceiro comercial

daquele país), para as quais a Colômbia tem tendido a exportar, essencialmente, minerais, combustíveis e seus derivados.

As exportações totais da Colômbia, no acumulado até setembro, cresceram 7,5% na comparação com o mesmo período de 2011, e passou de US\$41,6 bilhões para US\$44,7 bilhões. Esses números deveram-se, principalmente, a aumentos nos seguintes setores: 8,4% em combustíveis; 7,7% em produtos manufaturados; 5,5% em produtos agrícolas, alimentícios e bebidas.

As compras externas da Colômbia, no corrido do ano cresceram 8,7% em relação ao mesmo período de 2011, passando de US\$40,27 bilhões para US\$ 43,77 bilhões. Entre os principais crescimentos das importações estão: combustíveis e seus produtos – aumento de 44,5%; produtos manufaturados – aumento de 4,7%; e produtos agrícolas, alimentos e bebidas – aumento de 8,3%.

Os ALCs são percebidos pela Colômbia como fundamentais para melhorar a competitividade de suas exportações e seu acesso aos maiores mercados consumidores do mundo. Na ótica colombiana, também serviriam para reforçar os fluxos de investimento estrangeiro direto.

Ademais daqueles firmados com países sul-americanos (MERCOSUL, Chile e Comunidade Andina), os principais ALCs firmados pela Colômbia são com: a) Suíça e Liechtenstein (vigente a partir de julho de 2011); b) Canadá (vigente a partir de agosto de 2011); c) México (vigente a partir de 1995 e alterado em razão de sua denúncia pela Venezuela em 2006); d) EUA (vigente desde abril de 2012); e) UE (assinado, mas ainda não ratificado).

ANEXO I – Cronologia Histórica

1810	Declaração de independência em relação ao Império Espanhol
1821	Fundação formal da Grã-Colômbia, a partir do Congresso de Cúcuta
1829	Venezuela declara-se independente da Grã-Colômbia
1830	Equador declara-se independente da Grã-Colômbia. Morre Simón Bolívar
1839	Ocorre a primeira de uma série de guerras civis colombianas do século XIX
1852	Abolição da escravidão
1899	Guerra dos Mil Dias
1903	Independência do Panamá, apoiada pelos EUA
1932	Vitória colombiana na disputa com o Peru pela cidade de Leticia.
1934	Presidente Alfonso López Pumarejo lança programa de reforma social
1946	"La Violencia", perseguição a grupos de esquerda
1948	"Bogotazo", revolta pelo assassinato do liberal Jorge Gaitán
1954	Guerra de Villarica. Governo enfrenta guerrilha comunista
1958	Início da Frente Nacional, monopólio dos partidos Conservador e Liberal
1964	Invasão militar em Marquetalia

1964	Criação do Exército de Libertação Nacional (ELN)
1966	Criação oficial das “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (FARC)
1969	Criação do Pacto Andino (depois, Comunidade Andina de Nações - CAN)
1974	Fim do período da Frente Nacional
1974	Eleição de Alfonso López Michelsen
1974	Início das ações militares urbanas do M-19
1974	Início das atividades de grupos paramilitares
1978	Julio César Turbay Ayala é eleito Presidente
1980	M-19 ocupa Embaixada da República Dominicana em Bogotá
1982	Belisario Betancour é eleito Presidente
1982	FARC decidem atuar com vista à conquista definitiva do poder
1984	Acuerdo de La Uribe, cessar-fogo entre as Forças Armadas e as FARC
1985	O Exército reprime a invasão do Palácio da Justiça pelo M-19
1985	As FARC-EP fundam o partido União Patriótica-UP
1985	Em junho é rompida a trégua do Governo com as FARC
1986	Virgilio Barco é eleito Presidente
1986	O M-19 depõe armas e se torna partido, a Aliança Democrática M-19
1990	César Gaviria é eleito Presidente
1990	Desmobilização do M-19
1991	O traficante Pablo Escobar, chefe do cartel de Medellín, é preso
1993	Pablo Escobar é morto, depois de fugir da prisão.
1994	Ernesto Samper é eleito Presidente
1994	CAN adota tarifa externa comum
1997	Formação das “Autodefensas Unidas de Colômbia”, união de paramilitares
1998	Andrés Pastrana toma posse como Presidente
1998	Início das negociações com a guerrilha, com desmilitarização de área
2000	“Plano Colômbia”, com apoio dos EUA
2002	FARC sequestram avião e Presidente Pastrana declara fim das negociações
2002	FARC sequestram Senadora e candidata presidencial Ingrid Betancourt
2002	Uribe eleito; Colômbia quarto recipiendário de ajuda norte-americana
2004	Congresso aprova emenda à Constituição para permitir reeleição
2005	Congresso aprova Lei para a desmobilização dos paramilitares
2006	Presidente Álvaro Uribe é reeleito, em primeiro turno
2006	Anunciado fim do desarmamento dos paramilitares

2006	Explosão na Escola Superior de Guerra interrompe negociações de paz
2006	Corte Suprema ordena prisão de parlamentares envolvidos com paramilitares
2007	Resistências ao TLC no Congresso dos EUA
2007	Renovadas preferências tarifárias unilaterais (ATPDEA) norte-americanas
2008	Ataque a acampamento das FARC em território equatoriano
2008	Congresso inicia tramitação de proposta de referendo para mudança constitucional (segunda reeleição)
2008	Falecimento de “Manuel Marulanda”, líder histórico das FARC
2008	Libertação da Senadora Ingrid Betancourt
2009	Libertação de 6 reféns das FARC com apoio logístico brasileiro
2010	Libertação de 2 reféns das FARC (militares) e devolução dos restos mortais de 1 militar morto em cativeiro, com apoio logístico brasileiro
2010	Corte Suprema considera inexecutável a proposta de referendo para a segunda reeleição (fevereiro)
2010	Eleição de Juan Manuel Santos à Presidência da República (junho)
2010	Posse do Presidente Juan Manuel Santos (7 de agosto)
2010	ATPDEA estendido apenas até 15 de fevereiro de 2011
2010	Eleição do Presidente Juan Manuel Santos
2010	Normalização das relações com Venezuela e Equador
2011	Libertação de 6 reféns das FARC, em fevereiro, com apoio logístico brasileiro
2011	Aprovação da Lei de Vítimas e de Restituição de Terras, da reforma política, do Estatuto Anti-Corrupção, da Lei do Primeiro Emprego e do “Marco Jurídico para a Paz”
2011	O Comandante das FARC, Alfonso Cano, é abatido em operação militar do Governo colombiano
2011	Congresso americano aprova Acordo de Livre Comércio (ALC) com EUA (outubro)
2012	Libertação de 10 reféns das FARC com apoio logístico brasileiro
2012	Entrada em vigor do Acordo de Livre-Comércio Colômbia-EUA (maio)
2012	FARC anunciam libertação de todos os reféns políticos em seu poder
2012	Anúncio novo processo de paz com as FARC (setembro)
2012	Início do diálogo com as FARC em Cuba
2012	As FARC anunciam cessar fogo bilateral de dois meses (dezembro/2012-janeiro/2013)

ANEXO II – Cronologia das relações bilaterais

1907	Celebrado, em Bogotá, Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia, usando como base de demarcação, entre outras, a linha Tabatinga-Apapóris
1925	A Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre o Brasil e a Colômbia
1972	Assinado Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Colômbia
1978	Assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica
1980	Grupo guerrilheiro colombiano “Movimiento 19 de abril” (M-19) invade a Embaixada da República Dominicana em Bogotá durante evento. O Embaixador do Brasil e outros quatorze Embaixadores são mantidos reféns por 61 dias
1981	O presidente Figueiredo realiza a primeira visita de um Chefe de Estado do Brasil à Colômbia
1981	O Presidente da Colômbia, Julio Cesar Turbay Ayala, visita o Brasil
2003	Visita, em 7 de março, do Presidente colombiano Álvaro Uribe a Brasília
2003	Visita, em 27 de junho, do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a Medellín, por ocasião da XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino
2003	Visita, em 25 de julho, do chanceler Celso Amorim a Bogotá
2003	Visita (16-17/out), do Secretário-Geral das Relações Exteriores a Bogotá
2004	Visita, em 10 de março, da Chanceler colombiana, Carolina Barco, a Brasília.
2004	Encontro dos Presidentes (21/jun), na I Rodada de Negócios Brasil-Colômbia
2005	Visita, em 19 de janeiro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Letícia
2005	Visita, nos dias 25 e 26 de julho, do Chanceler Celso Amorim a Bogotá
2005	Visita (24/set), do Presidente Álvaro Uribe a Salvador, para a II Conferência Mundial do Café
2005	Visita, no dia 14 de dezembro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Bogotá
2005	VIII Reunião da Comissão de Vizinhança (Brasília, dezembro)
2006	Visita, em 25 de abril, do presidente Álvaro Uribe a Brasília
2006	Visita, nos dias 6 e 7 de setembro, da Chanceler María Consuelo Araújo ao Brasil
2006	IX Reunião da Comissão de Vizinhança (Bogotá, outubro)
2007	Visita, no dia 21 de agosto, do Chanceler Fernando Araújo Perdomo a Brasília.
2007	X Reunião da Comissão de Vizinhança (São Paulo, novembro)
2008	Visita, nos dias 19 e 20 de julho, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia – Bogotá e Letícia
2008	Visita, nos dias 13 e 14 de agosto de 2008, do Chanceler Jaime Bermúdez Merizalde ao Brasil
2008	XI Reunião da Comissão de Vizinhança (Bogotá, setembro)

2009	Visita, nos dias 16 e 17 de fevereiro, do Presidente Álvaro Uribe ao Brasil
2009	III Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 11 e 12 de março, em Tabatinga
2009	Encontro Presidencial, no dia 15 de abril, à margem do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, no Rio de Janeiro
2009	I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos chanceleres, no dia 08 de junho, em Cartagena
2009	I Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Colômbia, no dia 19 de junho, em Brasília
2009	Visita do Ex-presidente Álvaro Uribe, em 19 de outubro, ao Brasil – Brasília
2010	IV Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 8-10 de março, em Leticia
2010	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto, para posse do Presidente Juan Manuel Santos - Bogotá
2010	XIII Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração (Bogotá, 18-19/11)
2011	Visita do Presidente Santos, em 1º de janeiro, para posse da Presidenta Dilma Rousseff - Brasília
2011	Visita do Ministro de Relações Exteriores à Colômbia, no dia 4 de fevereiro
2011	V Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 12 e 13 de maio, em Tabatinga
2012	Brasil foi o país homenageado na XXV Feira do Livro de Bogotá
2012	Participação da Presidenta Dilma Rousseff na Cúpula das Américas, em Cartagena, em abril
2012	Visita do Ministro das Relações Exteriores à Bogotá, em 21 de agosto
2012	VI Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 16 de outubro, em Tabatinga
2012	XIV Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração (Tabatinga, 17-18/10)
2012	III Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos chanceleres, no dia 5 de novembro, em Bogotá. Na ocasião foi assinado Memorando de Entendimento entre Brasil e Colômbia, mediante o qual se reestrutura a Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia

ANEXO III – Atos Bilaterais

	Data de Celebração	Entrada em vigor
Tratado de Limites e Navegação	24/04/1907	20/04/1908
Acordo de “ <i>Modus Vivendi</i> ” sobre o Rio Putumayo, entre o Brasil e a Colômbia	24/04/1907	24/04/1907
Tratado de Limites e Navegação Fluvial	15/11/1928	09/01/1930
Convênio Rádio-Elétrico	04/11/1936	04/05/1938
Tratado de Extradicação	28/12/1938	02/10/1940
Convênio sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica	28/05/1958	28/05/1958
Acordo sobre Transportes Aéreos	28/05/1958	27/06/1975
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	24/07/1962	02/08/1962
Acordo de Intercâmbio Cultural	20/04/1963	30/08/1974
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns	26/08/1969	26/08/1969
Acordo Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica	08/06/1971	08/06/1971
Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica	10/03/1972	13/07/1976
Acordo Básico de Cooperação Técnica	13/12/1972	27/09/1973
Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos	20/06/1973	17/07/1976
Acordo Relativo a uma Recíproca Autorização para que os Radioamadores Licenciados em um País possam Operar suas Estações no outro País	18/06/1976	18/06/1976
Acordo para a Reconstituição da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana	05/08/1976	05/08/1976
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear	12/03/1981	05/03/1986
Acordo de Cooperação Amazônica	12/03/1981	10/04/1986
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/03/1981	05/03/1986
Acordo sobre Turismo	12/03/1981	28/07/1983
Tratado de Amizade e Cooperação	12/03/1981	10/07/1985
Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas	12/03/1981	11/05/1981

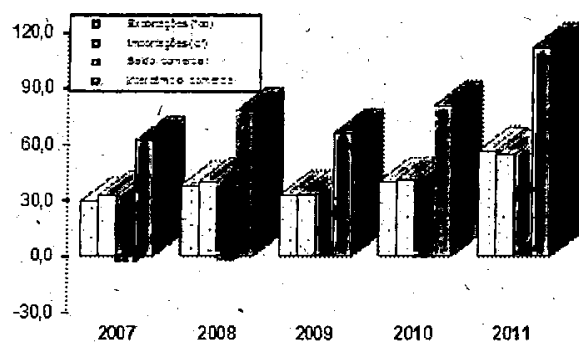
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira	16/07/1985	18/05/1994
Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal	09/02/1988	28/01/1997
Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de um Grupo Permanente de Cooperação Consular que Favoreça a Análise, sob o Enfoque Técnico de Soluções Destinadas a Facilitar o Trânsito na Fronteira	03/09/1991	02/10/1991
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	14/04/1993	24/09/1995
Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal	07/11/1997	29/06/2001
Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	07/11/1997	09/09/1999
Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	07/11/1997	22/03/2006
Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	21/08/2007	27/10/2010
Acordo entre o Brasil e o Governo da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	19/07/2008	Aguarda ratificação pela Colômbia
Acordo para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)	19/09/2008	Aguarda ratificação pela Colômbia
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Colômbia sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas	01/09/2010	Em tramitação no Executivo

ANEXO III – Indicadores econômico-comerciais

COLÔMBIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	29,1	37,6	32,9	39,6	56,5	36,1	40,6
Importações (cif)	32,6	39,7	32,9	40,7	54,7	35,4	39,3
Saldo comercial	-3,5	-2,0	0,0	-1,1	1,8	0,7	1,4
Intercâmbio comercial	61,7	77,3	65,8	80,2	111,2	71,5	79,9

Elaborado pelo MRE/DF/NEC - Direção de Relações Comerciais com base em dados do FMI/DOIS - Direção de Trade Data do - Janeiro/2012



O comércio exterior da Colômbia apresentou, em 2011, variação de 80% em relação a 2007, passando de US\$ 62 bilhões para US\$ 111 bilhões. No ranking do FMI a Colômbia figurou como o 54º mercado mundial, sendo o 56º principal exportador e o 51º importador.

COLÔMBIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total	
Estados Unidos	21,9	38,7%	15,6	38,4%	
Países Baixos	2,5	4,4%	1,5	3,8%	
Chile	2,2	3,9%	1,2	3,1%	
China	2,0	3,5%	1,8	4,5%	
Panamá	1,9	3,4%	1,5	3,6%	
Equador	1,9	3,4%	1,4	3,5%	
Venezuela	1,7	3,1%	1,3	3,2%	
Aruba	1,7	3,1%	1,3	3,1%	
Espanha	1,7	3,0%	2,1	5,2%	
Peru	1,4	2,5%	1,0	2,6%	
Brasil	1,4	2,4%	0,9	2,1%	
Subtotal	40,3	71,3%	29,7	73,1%	
Outros países	16,2	28,7%	10,9	26,9%	
Total	56,5	100,0%	40,6	100,0%	

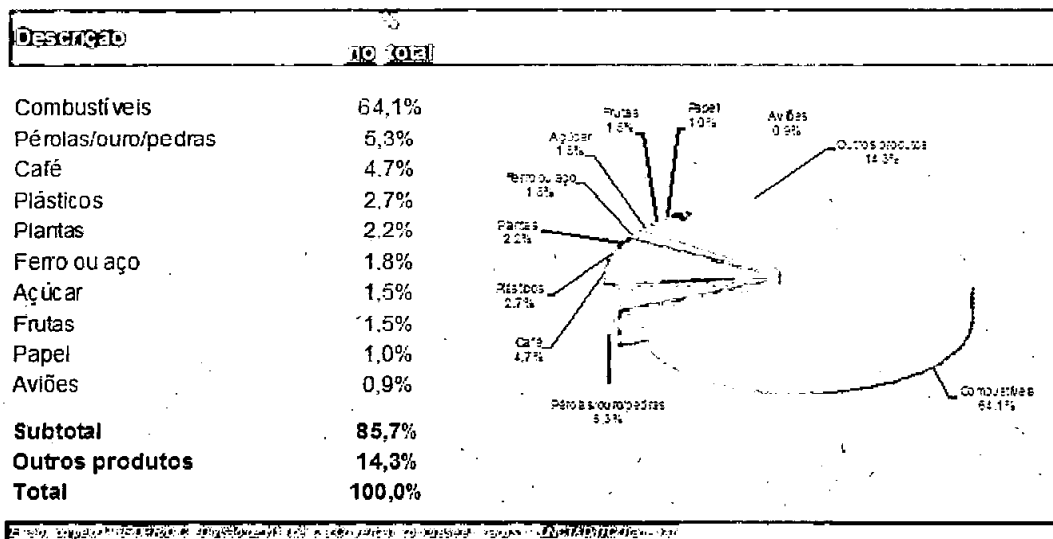
As exportações da Colômbia são destinadas principalmente às economias desenvolvidas, que somaram participação de 60% no total em 2011. Desse montante, 16% foram direcionadas à União Europeia e 5% aos desenvolvidos da Ásia. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal parceiro, com 38% do total, seguidos dos Países Baixos (4%); Chile (4%); China (4%); Panamá (3%); e Equador (3%); Venezuela (3%); Aruba (3%); e Espanha (3%). O Brasil obteve o 11º lugar entre os principais destinos em 2011, com 2,4% do total.

COLÔMBIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total	
Estados Unidos	13,7	25,0%	11,3	28,8%	
China	8,2	15,0%	4,4	11,3%	
México	6,1	11,1%	4,6	11,8%	
Brasil	2,7	5,0%	2,1	5,2%	
Alemanha	2,2	4,1%	1,4	3,5%	
Argentina	1,9	3,4%	1,4	3,5%	
Myanmar	1,8	3,3%	0,6	1,5%	
Japão	1,4	2,6%	1,2	3,0%	
Coreia do Sul	1,2	2,3%	1,1	2,9%	
Equador	1,1	1,9%	0,8	2,0%	
Subtotal	40,3	73,7%	28,9	73,7%	
Outros países	14,4	26,3%	10,3	26,3%	
Total	54,7	100,0%	39,3	100,0%	

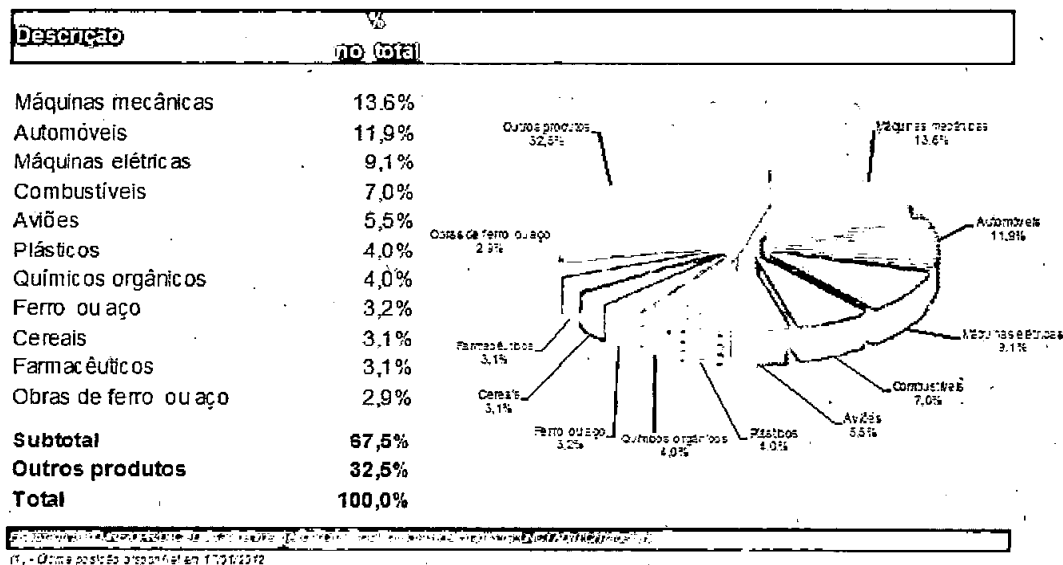
A exemplo das exportações os Estados Unidos também são o principal provedor de bens à Colômbia. Cerca de 25% das importações do país em 2011 foram oriundas do mercado norte-americano. Seguiram-se: China (15%); México (11%); Brasil (5%); Alemanha (4%); Argentina (4%); Myanmar (3%).

COLÔMBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2011 - Em % ⁽¹⁾



Os combustíveis foram o principal grupo de produtos exportados pela Colômbia e representou 64% do total em 2011. Seguiram-se: pérolas/ouro/pedras (5%); café (5%); plásticos (3%); e plantas vivas e produtos de floricultura (2%).

COLÔMBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2011 - Em % ⁽¹⁾

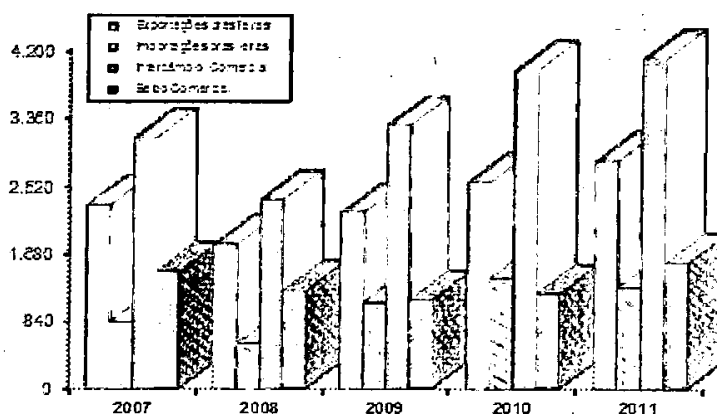


A pauta de importações da Colômbia é composta de bens com alto valor agregado. Em 2011, máquinas mecânicas e elétricas, automóveis, combustíveis e aviões somaram 47% do total. Seguiram-se: plásticos (4%); e produtos químicos orgânicos (4%).

BRASIL-COLÔMBIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	2.295	1.801	2.196	2.577	2.835
Variação em relação ao ano anterior	-3,9%	-21,5%	21,9%	17,4%	10,0%
Importações brasileiras	829	568	1.079	1.384	1.267
Variação em relação ao ano anterior	94,3%	-31,5%	90,0%	28,3%	-8,5%
Intercâmbio Comercial	3.124	2.369	3.275	3.962	4.102
Variação em relação ao ano anterior	11,0%	-24,2%	38,3%	21,0%	3,5%
Saldo Comercial	1.466	1.233	1.117	1.193	1.567

A Colômbia foi o 26º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 31%, passando de US\$ 3,1 bilhões, para US\$ 3,9 bilhões, sendo 24% nas exportações e 55% nas importações. A participação da Colômbia no comércio exterior brasileiro foi de 0,88% em 2011. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, totalizou superávit de US\$ 1,6 bilhão em 2012.



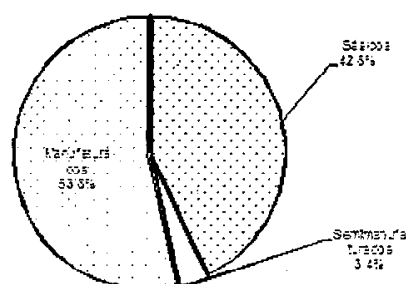
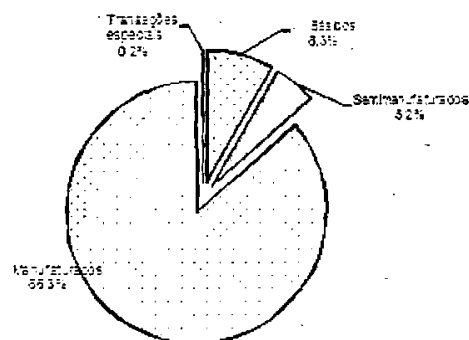
BRASIL-COLÔMBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1⁽¹⁾

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PARTIC.	VALOR	PARTIC.
Básicos	214	8,3%	593	42,8%
Semimanufaturados	135	5,2%	46	3,4%
Manufaturados	2.225	86,3%	745	53,8%
Transações especiais	4	0,2%	0	0,0%
Total	2.577	100,0%	1.384	100,0%

Fonte: Departamento de Estatística do IBGE, com base nos dados do comércio exterior do Brasil e da Colômbia.

(1) - Última posição disponível em 17/01/2012.

As exportações brasileiras para Colômbia são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 86% das vendas em 2011. Em seguida posicionam os básicos, com 8% e semimanufaturados com 5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 54% do total em 2011, seguido dos básicos com 43%.



BRASIL-COLÔMBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1⁽¹⁾

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PARTE	VALOR	PARTE

BRASIL-COLÔMBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Colômbia, 2012
			Valor	% do total	
Máquinas mecânicas	307	353	347	12,3%	
Ferro e aço	204	210	309	10,9%	
Automóveis	193	220	297	10,5%	
Máquinas elétricas	136	152	199	7,0%	
Açúcar	48	108	172	6,1%	
Cereais	157	118	130	4,6%	
Químicos orgânicos	166	179	120	4,2%	
Plásticos	104	123	117	4,1%	
Borracha	91	108	110	3,9%	
Obras de ferro ou aço	54	57	85	3,0%	
Subtotal	1.479	1.629	1.886	66,5%	
Outros produtos	717	949	948	33,5%	
Total	2.196	2.577	2.835	100,0%	

As máquinas - mecânicas e elétricas, ferro e aço e automóveis representaram cerca de 41% do total das vendas brasileiras para Colômbia em 2012. Destacaram-se ainda: açúcar (6%); cereais (5%); produtos químicos orgânicos (4%) e plásticos (4%).

BRASIL-COLÔMBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Colômbia, 2012
			Valor	% do total	
Combustíveis	424	567	455	35,9%	
Plásticos	291	347	345	27,2%	
Borracha	87	91	60	4,7%	
Cobre	3	10	50	3,9%	
Vidro	32	39	42	3,3%	
Químicos orgânicos	26	33	37	2,9%	
Gorduras	10	46	37	2,9%	
Ferro e aço	37	40	37	2,9%	
Máquinas elétricas	14	15	18	1,5%	
Diversos inds químicas	12	11	18	1,4%	
Subtotal	936	1.200	1.098	86,7%	
Outros produtos	144	185	169	13,3%	
Total	1.079	1.384	1.267	100,0%	

As importações brasileiras originárias da Colômbia apresentaram alto grau de concentração. Os grupos dos combustíveis e plásticos responderam por 63% do total adquirido em 2012. Seguiram-se: borracha (5%); cobre (4%); vidro (3%) e produtos químicos orgânicos (3%).

Aviso nº 90 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

3